

ARQUITETURA ECOLÓGICA: MODELOS PAISAGÍSTICOS, REQUALIFICAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS VERDES URBANOS.¹

SILVIA LAURA COSTA CARDOSO
SILVIO LIMA FIGUEIREDO

silvialaura19@gmail.com
slima@ufpa.br

RESUMO ABSTRACT

O artigo analisa a requalificação e refuncionalização de jardins botânicos, a partir dos modelos paisagísticos, a fim de entender a importância desses espaços para os cidadãos. Trata-se de uma pesquisa exploratória que em termos teóricos envolveu a discussão sobre os usos, formas e funções dos espaços públicos verdes nas cidades contemporâneas. Os dados foram levantados através de pesquisa bibliográfica. Para interpretação destes utilizou-se a categoria modelos paisagísticos que permitem entender a diversidade de usos que os espaços disponibilizam nas cidades e seus desdobramentos no ambiente urbano. O que há de inovador na criação de espaços públicos verdes é a evolução de suas diversificadas funcionalidades no ambiente urbano. Tais usos, formas e funções buscam requalificar e refuncionalizar os espaços nas urbes.

The article analyzes the requalification and refuncionalization of botanical gardens, from the landscaping models, in order to understand the importance of these spaces for city dwellers. It is an exploratory research that in theoretical terms involved the discussion about the uses, forms and functions of the green public spaces in the contemporary cities. Data were collected through bibliographic research. For the interpretation of these, we used the category of landscape models that allow us to understand the diversity of uses that spaces make available in cities and their unfolding in the urban environment. What is innovative in the creation of green public spaces is the evolution of its diversified functionalities in the urban environment. Such uses, forms and functions seek to requalify and refuncionalize the spaces in the cities.

Palavras chave

Paisagens. Requalificação.
Refuncionalização. Espaço Público.

Key-words

Landscapes. Requalification.
Refuncionalization. Public space



A HISTÓRIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

urbanos está intrinsecamente ligada aos processos de urbanização pelos quais passaram as cidades europeias. Particularmente, quando ocorre a forte influência do Barão Georges-Eugène Haussmann, entre os anos de 1852 e 1870, perceptíveis no planejamento e modernização da cidade de Paris, na França. Dentre as principais mudanças incluem o alargamento das vias públicas, a higienização da cidade, a hierarquização dos espaços, a busca do controle em relação a forma, a função e a beleza cênica. As ruas receberam tratamento para circulação de

pessoas e de transportes urbanos. Essas transformações criaram os *boulevards* que mudaram a paisagem da cidade moderna no ocidente (FIGUEIREDO, 2008).

Os burgueses foram os precursores da ideia de criação de áreas verdes nas cidades reportando ao movimento de volta à natureza que fundamenta a ideia de criação de espaços verdes urbanos. Posteriormente, nos séculos XVIII e XIX, inúmeras cidades do mundo, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, utilizaram a concepção de áreas verdes em ambientes urbanos (SILVA e EGLER, 2003).

Na percepção de autores como: Cardoso; Figueiredo (2017); Macedo e Sakata (2002); Rocha; Brito (2009); Santos e Silveira (2001), os espaços públicos verdes urbanos caracterizam-se por representar espaços que precisam ser criados e preservados para suprir o rompimento ocasionado pelo processo desordenado de urbanização das cidades, fazendo com que estes exerçam as funções paisagística, ambiental, cultural e social nas cidades contemporâneas.

Nesse cenário, o meio urbano é produto e produtor de uma crescente demanda por áreas verdes, especialmente, por parques e jardins, que são lugares capazes de oferecer aos cidadãos um retorno à contemplação da natureza, além de ser espaço destinado a: conservação da biodiversidade, educação ambiental, pesquisa científica, cultura, lazer e turismo. Deste modo, são significativos no planejamento urbano, contribuindo para uma “suavização” da paisagem nas cidades dominada pelo processo acelerado de verticalização.

A temática da qualificação dos espaços públicos urbanos insere-se como uma investigação social que implica o diagnóstico de situações específicas. Um consenso na literatura, entretanto, é que espaços públicos verdes são estrategicamente importantes para a qualidade de vida das pessoas no conjunto das sociedades em

crescente urbanização (CHIESURA, 2004; KAPLAN, 1983; ULRICH, 1984). Isto porque esses espaços prestam serviços ambientais à população, por meio da amenização das ilhas de calor, pela filtragem do ar, água, vento e poluição sonora; estabilização do microclima (TRATALOS *et al.*, 2007); formação de um meio ambiente natural que influencia na saúde mental e na redução do *stress* (CHIESURA, 2004) e ainda, de espaço para a promoção da saúde física e melhoria da qualidade de vida urbana e bem-estar das pessoas (SILVA e EGLER, 2003). Todos esses benefícios ambientais e sociais creditados aos espaços públicos verdes urbanos relacionam-se às análises de sustentabilidade nas cidades.

O objetivo deste artigo é analisar a requalificação e refuncionalização de espaços públicos verdes nas cidades, a partir dos modelos paisagísticos e da diversidade de seus usos, formas e funções, a fim de entender a importância desses espaços públicos para os cidadãos. Busca-se compreender as inter-relações dessa dinâmica caracterizada pelos diferentes modelos paisagísticos que os espaços públicos verdes urbanos disponibilizam nas cidades desde o século XVIII até os dias atuais, tendo em vista que as áreas verdes urbanas são um elemento típico das cidades contemporâneas, estando em constante processo de requalificação e refuncionalização no ambiente urbano.

Trata-se de uma pesquisa exploratória que em termos teóricos envolveu a discussão sobre os usos, formas e funções dos espaços públicos verdes nas cidades contemporâneas. Os dados para este artigo foram levantados através de pesquisa bibliográfica e internet. O artigo utiliza os conceitos de espaço público, parque, jardim botânico e paisagem. Para interpretação dos diferentes usos, formas e funções dos espaços públicos verdes urbanos utilizou-se a categoria modelos paisagísticos. Estes permitem entender a diversidade de usos que os espaços públicos verdes disponibilizam nas cidades e seus desdobramentos no ambiente urbano.

O artigo está estruturado, além da introdução e considerações finais, em três seções. A primeira seção se direciona para a discussão sobre

espaços públicos verdes urbanos e as circunstâncias que o envolvem. A segunda seção identifica os usos, formas, funções e modelos paisagísticos de espaços verdes urbanos no mundo. A terceira seção aborda a diversidade de usos, funções e modelos paisagísticos de espaços verdes urbanos no Brasil. Nestas duas últimas seções aborda-se o processo de requalificação e refuncionalização dos espaços públicos verdes nas cidades contemporâneas.

A presença da natureza é de suma importância para o planejamento urbano, pois é essencial à paisagem das cidades, tanto em aspectos estéticos quanto por oferecer um ambiente agradável nas *urbes*, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida de seus cidadãos. Entretanto, percebe-se que com o acelerado aumento das transformações urbanas ocasionadas pelas novas configurações das cidades, as dinâmicas que regem os espaços públicos verdes sofrem alguns rompimentos desencadeados pelo crescimento urbano desordenado e pela modificação da paisagem, onde a floresta em pé dá lugar a um processo acelerado de verticalização, perceptíveis nas edificações residenciais e/ou comerciais.

ESPAÇOS PÚBLICOS VERDES URBANOS

Na atualidade, os parques e jardins urbanos, são criados com o princípio de assegurar a biodiversidade, por meio da preservação de fragmentos remanescentes de vegetação nativa e nascente que possibilitam uma garantia mínima para o futuro das gerações e o respeito à conservação da biodiversidade nas cidades, tendo em vista que são poucos os espaços públicos verdes em que o ser humano ainda pode usufruir de bens e serviços ambientais disponibilizados de forma gratuita pela natureza.

Os espaços públicos verdes são considerados em todo o mundo como a principal estratégia para conservar a variedade de forma de vida, ou biodiversidade sobre a qual o conhecimento ainda é incipiente. Estes são representativos das paisagens nas cidades, pois possibilitam

a socialização e a contemplação de fragmentos da natureza que possibilitam romper com o *stress* cotidiano dos cidadãos. Logo, esses espaços propiciam a reconfiguração das paisagens urbanas.

As paisagens são compostas pela inter-relação entre o espaço encontrado, no que concerne aos aspectos naturais, históricos e arquitetônicos, ou seja, “elementos concretos” e os aspectos simbólicos, ou seja, “culturais, imagens e imaginários”, ambos pensados de maneira que suas reconstruções sejam planejadas e ordenadas com o meio ao qual se inserem (MELO *et al.*, 2012).

Nesse prisma, os espaços públicos verdes, passam a oferecer aos cidadãos um retorno à natureza, fato cada vez mais raro e distante dos cidadãos nas grandes metrópoles, além de proporcionar descanso, lazer, cultura e turismo às pessoas, aliado ao mínimo de impacto possível.

Na medida em que as cidades se transformam, os parques e jardins urbanos passam a oferecer aos cidadãos diferentes usos, formas e funções, proporcionando em sua infraestrutura, locais com capacidade de realizar atividades de pesquisa científica, de educação e interpretação ambiental, esportivas, culturais, artísticas, dentre outras, os quais não são submetidos a um padrão. Enquanto certos espaços públicos verdes recebem multidões, a exemplo do Parque Ibirapuera, em São Paulo, outros estão vinculados à preservação ambiental e à pesquisa científica, a exemplo do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que define seu uso de forma restrita (SCALISE, 2002).

Quanto às formas de tratamento, consistem desde a linguagem formal, ou seja, espaço destinado ao descanso, à contemplação da natureza, ao lazer e ao turismo até o ambiente natural, ou seja, local destinado à preservação dos recursos naturais. No que concerne às funções diferenciam-se dos que tem forte diversidade de equipamentos culturais, esportivos e recreativos, a exemplos do Parque do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro e do Parque Juscelino Kubistchek, em

Brasília, aos que têm como principal atração os caminhos e as áreas de descanso e contemplação com intensa vegetação, a exemplos do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) – Parque Zoobotânico, do Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia e do Parque Naturalístico Mangal das Garças, em Belém do Pará.

Os arquitetos, Macedo e Sakata (2002) consideram como parque todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (MACEDO e SAKATA, 2002)

Os jardins botânicos são espaços vivos, abertos ao público e diferenciam-se dos parques e demais espaços verdes urbanos, como por exemplo, as praças e os hortos, por abrigarem uma coleção de plantas ordenada, devidamente classificada e registrada, o que contribui para aumentar seu potencial educativo e a interpretação ambiental. Além desses usos e funções, os jardins botânicos são locais privilegiados e propícios para envolver os visitantes não só pela exuberância e estética das coleções de plantas vivas, mas por proporcionar bem-estar, harmonia e prazer aos seus visitantes (KUZEVANOV e SIZYKH, 2006). Além de ser indutor da geração de emprego e renda por meio do consumo de serviços oferecidos aos visitantes e turistas.

MODELOS PAISAGÍSTICOS: REQUALIFICAÇÃO E REFUNACIONALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS VERDES URBANOS

Na era industrial, a ideia da concepção dos espaços verdes era a de que possuíam potencial para amenizar tanto os problemas sociais quanto os problemas ambientais urbanos. Os jardins ingleses e os parques urbanos contribuíram para melhorar os aspectos físicos e sociais da cidade, por meio da revitalização de espaços abertos, do ordenamento das movimentações das pessoas em busca de lazer e descanso, da

produção de um sentimento de tranquilidade. A criação dos espaços verdes destinava-se especialmente à promoção da qualidade de vida urbana com o foco no bem-estar das pessoas (SILVA e EGLER, 2003).

O movimento higienista e seu ideal de salubridade surgiram como consequência desse processo acelerado de urbanização das cidades, que impulsionaram ações mobilizadoras e disciplinadoras de tornar o ambiente urbano salubre. Baseando-se no discurso da “medicalização”, o ideal de salubridade sugeria medidas de proteção e compensação dos males decorrentes do processo da industrialização, destinado ao controle social do espaço urbano (NIEMEYER, 2002).

Dois fatos marcaram a criação dos primeiros espaços públicos verdes urbanos: o primeiro fato foi a abertura dos jardins dos palácios ingleses ao público; e, o segundo, decorre dos empreendimentos imobiliários promovido pelas iniciativas pública e privada, que viram na criação de jardins e parques bons investimentos (SILVA e EGLER, 2003).

O parque surge pela relevância das transformações urbanas das cidades no final do século XVIII, na Inglaterra e tem seu pleno desenvolvimento no século seguinte. A ênfase maior das transformações é revelada no Movimento Conservacionista dos Parques Americanos – o *Park Movement* – liderado por Frederick Law Olmsted (SCALISE, 2002) e na reformulação feita na cidade de Paris pelo Barão George Haussmann (1853-1870). Os parques parisienses de Haussmann eram formados por áreas verdes em diferentes escalas, interligadas por grandes avenidas (WHATELY *et al.*, 2008). Pode-se considerar, então, que a primeira concepção de espaços públicos verdes esteve vinculada ao embelezamento das cidades e a contemplação da natureza (CARDOSO, 2012).

O primeiro parque urbano dos Estados Unidos (EUA), foi o Central Park de Nova York, criado por Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux em 1858, com 300 hectares (FERREIRA, 2006). Com estilo de parque romântico, cercado de gramados, lagos e extensa vegetação, o Central

Park serviu de modelo para outros grandes parques urbanos nos EUA, como: Lincoln Park, em Chicago, com 490 hectares, Golden Gate Park, em São Francisco, com 1.013 hectares e o Parque Boston Common, em Boston (SCALISE, 2002).

No século XIX, surgiram os grandes jardins contemplativos, os parques de paisagem, os *parkways*, os parques de vizinhança americanos e os parques franceses monumentais e formais. Nesse período devido a necessidade de expansão urbana e o intenso ritmo de trabalho, é revelada a preocupação com as demandas por equipamentos para o lazer e a recreação. Revela-se, então, a importância do parque, além da criação de novos espaços amenizadores da estrutura urbana, com funções de “pulmões verdes”, como os jardins e as praças (*idem, ibidem*).

Com o emergir do movimento ecológico, cresce a preocupação com a qualidade do ambiente urbano. A recuperação de áreas degradadas e a busca da requalificação das cidades industriais podem ser observadas no movimento *renaturierung*, que significa “renaturalização da cidade”, reforçando a ligação de áreas verdes num sistema independente, com percursos para pedestres e ciclistas. Em Amsterdã, foi criado o Thyssepark, considerado o primeiro parque público ecológico do mundo (*idem, ibidem*).

Após a superação do modelo de parques do século XIX, caracterizados como espaços de contemplação da natureza, idealizados em bairros burgueses para deleite das elites europeias, surge o parque do século XX, que busca novos espaços verdes expressando uso coletivo. Esta concepção de parque busca recriar as condições naturais que a vida urbana insiste em degradar, local de sociabilidade onde o povo encontre suas origens, no contato físico e ativo com a natureza (FERREIRA, 2006).

Assim, novos usos, formas e funções foram introduzidos no decorrer do século XX, como em atividades esportivas, de conservação dos

recursos naturais típicas de parques denominados ecológicos, bem como as voltadas ao lazer proporcionado pelos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cenográficos dos parques temáticos (MACEDO e SAKATA, 2002). Essa diversidade de usos, formas e funções requalificam e refuncionalizam os espaços verdes urbanos e novos significados são atribuídos a eles como, por exemplo, parque ecológico ou jardim botânico e parque temático.

Parque ecológico objetiva prioritariamente a conservação desse ou daquele recurso ambiental, como um banhado e um bosque. Já os parques temáticos surgem em 1955, com a inauguração da Disneylândia, na Califórnia (*idem, ibidem*). Segundo os autores, é na atualidade uma forma popular de lazer, na qual há extrema produção cenográfica, representativa de lugares reais e imaginários e paralelamente é um lugar onde são praticadas atividades intensas de lazer eletrônico dentro de edifícios. Esse tipo de parque, em sua maioria pertencente à iniciativa privada, é encontrado junto às aglomerações urbanas. Poucos são os exemplos de parques temáticos geridos pelo poder público, caso do *Parc de La Villette*, em Paris (*idem, ibidem*).

Nesse contexto, as cidades contemporâneas necessitam cada vez, com mais frequência de novos espaços públicos verdes, em geral estes vem sendo criado com dimensões menores devido a escassez e ao alto custo da terra. Esses espaços visam atender a uma grande diversidade de solicitações de lazer, tanto esportivas como culturais, não possuindo muitas vezes, a antiga destinação voltada basicamente para o lazer contemplativo, caráter dos primeiros grandes espaços públicos verdes.

Nas últimas décadas, a ampliação do debate em torno da questão ambiental e da sustentabilidade das áreas verdes passa a inserir os parques e os jardins urbanos, em torno desta problemática e abriu uma nova perspectiva para que esses espaços cumpram seu papel na conservação ambiental. Em termos práticos, significou redefinir sua atuação e multiplicar suas funções, muitas delas historicamente

estabelecidas; outras, acumuladas ao longo do tempo pela inserção desses espaços verdes na malha urbana.

Nas grandes cidades do mundo existem exemplos recentes de espaços públicos verdes, com usos, formas e funções de parque linear e jardins urbanos, que são produtos de uma “arquitetura ecológica” funcionalista que constrói verdadeiros “oásis” nas metrópoles. Como exemplos desses “oásis” destacam-se: o *High Line Park* em Nova York, *Acros*, em Fukuoka, Japão, *Promenade Plantée* em Paris, França, Biblioteca de Birmingham, na cidade homônima, *Cheong gye cheon*, em Seul, Coréia do Sul.

MODELOS PAISAGÍSTICOS: USOS, FORMAS E FUNÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS VERDES URBANOS NO BRASIL

Contrariamente do que ocorreu na Europa no século XIX, os espaços públicos verdes urbanos no Brasil não surgiram da emergência social de atender às necessidades das massas urbanas das metrópoles europeias. O país no século passado não agregava uma expressiva rede urbana, bem como nenhuma cidade, inclusive o Rio de Janeiro, possuía o porte de grande cidade europeia daquela época. Os espaços verdes urbanos foram criados no país como uma figura que vinha para complementar o cenário das elites emergentes que detinham o controle da nova nação que se formava e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com os modelos internacionais, especialmente os ingleses e os franceses (MACEDO e SAKATA, 2002).

As principais cidades do país, dentre elas: Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Manaus e Belém passam por extenso processo de modernização, especialmente nas suas áreas do centro urbano e circunvizinhas, de modo a assumirem o papel de centros de irradiação de vida para as novas camadas dirigentes que se organizavam.

De acordo com os autores, as áreas verdes no Brasil do século XIX e da *belle époque* – auge do ciclo da borracha amazônica, eram um elemento urbano expressivo de uma modernidade importada, totalmente alheia às necessidades sociais da massa urbana contemporânea de então, que usufruía de outros espaços, como terreiros e várzeas.

Esse é o período do espaço contemplativo, feito para a *flâneur*, criado para as pessoas deslizarem suavemente em meio a um cenário delicadamente concebido. Nele a paisagem das plantas nativas era misturada com espécies europeias ou oriundas da Ásia e África. O modelo paisagístico eclético de projetar os cenários nos séculos XIX e início do século XX influenciou muito dos novos espaços criados nesse período, tanto em praças, jardins e parques em cidades brasileiras, especialmente, São Paulo, Recife e Belém (*idem, ibidem*).

Em São Paulo, o Jardim Botânico Paulista que posteriormente foi denominado Jardim da Luz, é considerado um espaço verde urbano de alta qualidade projetual, estruturado em grandes eixos clássicos, que vez por outra fazem concessões aos princípios românticos na forma de um ou outro caminho curvo (*idem, ibidem*).

A fonte de inspiração do parque urbano implantado no Brasil foi o modelo paisagístico dos jardins ingleses do século XVIII, que tiveram origem nas ideias românticas de volta à natureza (SILVA e EGLER, 2003)². Neste processo, surgiu no contexto nacional a educação do olhar pela paisagem que consistia em conservar as áreas verdes urbanas (FERREIRA, 2006). No entanto, as primeiras demonstrações do poder público brasileiro com a conservação da natureza no ambiente urbano ocorreram no final do século XVIII, quando foram criados no Rio de Janeiro os três primeiros parques públicos, com as características morfológicas e funcionais: o Campo de Santana e o Passeio Público, construídos em 1783, ambos situados junto ao centro histórico da cidade e o Jardim Botânico, situado junto a Lagoa Rodrigo de Freitas (BRITO, 2010).

Entretanto, havia a necessidade de estruturação do Brasil como nação, principalmente a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa (FERREIRA, 2006). Neste contexto, os espaços verdes urbanos são criados no país como uma figura que vinha para complementar o cenário das elites emergentes que detinham o controle da nova nação que se formava e procuravam construir uma figuração urbana compatível com os modelos dos parques urbanos internacionais, particularmente, os ingleses e os franceses (MACEDO; SAKATA, 2002).

Terra (2004) considera que no Brasil a criação das áreas verdes surge no final do século XVIII, no Rio de Janeiro e no início do século XIX, em diversas cidades, aliadas ao discurso higienista com ideal de salubridade e a preocupação com a paisagem e a arborização que passa a fazer parte de algumas cidades brasileiras.

Neste cenário, ao longo dos séculos XIX e XX, a evolução da linha dos projetos paisagísticos dos parques urbanos brasileiros passou por grandes transformações. Neste período são identificadas três linhas projetuais: a eclética, a moderna e a contemporânea (*idem, ibidem*).

No século XIX e início do século XX, o modelo paisagístico eclético de projetar os cenários influenciou muito dos novos espaços criados nesse período, tanto em praças e parques em cidades brasileiras, especialmente, Recife, São Paulo e Belém (*idem, ibidem*). As reformas urbanísticas que ocorreram nas cidades brasileiras aos moldes de Paris passaram a ser classificadas como 'haussmanniana' (PORTO *et al.*, 2007).

O modelo paisagístico *haussmaniano*, da cidade de Paris foi desenhado e controlado por Haussmann, a fim de atender os interesses de Napoleão III, que visavam assegurar a popularidade do político na capital parisiense e tornar mais difíceis as futuras revoluções. As reformas urbanísticas propostas por Haussmann seguiam três princípios básicos: circulação acessível e confortável

dentro da cidade com o alargamento das vias, eliminação da insalubridade nas vias, revalorização e reenquadramento dos monumentos interligados através dos eixos viários. Após essas reformas, Paris passa a ser considerada modelo de modernidade até meados do século XX, influenciando os planos urbanísticos de diversas metrópoles no mundo (PORTO *et al*, 2007).

No caso de Belém do Pará, é expressiva a influência haussmanianna durante o governo do intendente Antônio Lemos, fortemente identificada na análise do traçado das novas ruas, da instalação de infraestrutura, da “elitização” da cidade, demolições de velhas edificações, higienização da cidade – o período Lemista foi fortemente marcado pelo movimento higienista – bem como a implantação de serviços urbanos. Tais reformas urbanísticas que ocorreram nas cidades brasileiras aos moldes de Paris passaram a ser classificadas como *haussmanniana* (*idem, ibidem*).

No período da *belle époque*, Belém passou por um processo de “embelezamento estratégico”, influenciado pelo modelo parisiense, fortemente identificado pelo padrão das construções do intendente municipal Antônio Lemos, que administrou a cidade no período de 1897 a 1912 (FARIAS 2004). Neste cenário é expressiva a influência *haussmanianna* em Belém, fortemente representada pela abertura de vias largas, da instalação de infraestrutura, da “elitização” do centro da cidade, com a construção de boulevards, típicos do paisagismo parisiense e demolições de velhas edificações. Estas reformas urbanísticas serviam para o deleite da classe burguesa emergente, expulsando para a periferia da cidade as classes de baixa renda (PORTO *et al.*, 2007).

Também fazia parte do plano de urbanização da cidade à época, a construção de palácios, a exemplo do Palácio Antônio Lemos, atual sede da Prefeitura Municipal de Belém e o Palácio Lauro Sodré, atual

sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, além da construção de palacetes, parques e áreas verdes, a exemplos, das praças da República e D. Pedro II, (MACEDO e SAKATA, 2002). No período Lemista, a higienização da cidade de Belém, foi marcada pelo movimento higienista que visava tornar a cidade salubre com ações de saneamento básico destinadas ao bem-estar dos cidadãos (PORTO *et al.*, 2007).

Ainda na cidade de Belém, o parque do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG), inaugurado em 1866 e o parque municipal Bosque Rodrigues Alves, inaugurado em 1883, por Antônio Lemos, são exemplos da forma de organização do espaço no estilo eclético. Tais áreas verdes foram construídas em um cenário que valoriza os remanescentes de mata amazônica e a valorização da água nas fontes, chafarizes e espelhos d'água (MACEDO e SAKATA, 2002).

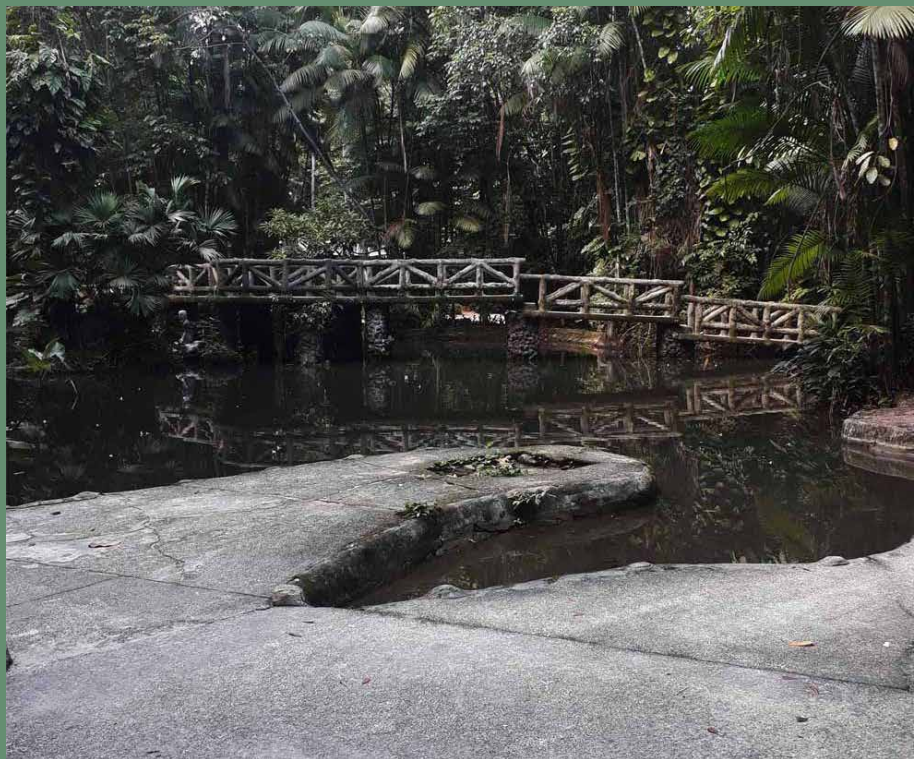
Neste contexto, surge o parque linear que é uma extensão física de várias gerações de aterros da orla que já haviam dado origem à avenida beira-mar, com suas praças-parques e ao passeio público (*idem, ibidem*). Estes modelos de parques urbanos lineares podem ser encontrados em metrópoles como Rio Branco, Acre, a exemplo do "Parque da Maternidade", bem como nos projetos paisagísticos de Marx, a exemplo do Parque Sarah Kubitschek, em Brasília, a Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte e o Parque do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro (CARDOSO, 2012).

O trabalho de paisagistas americanos, franceses e espanhóis, destacam-se a simetria no desenho dos canteiros, no uso da vegetação e no uso de elementos decorativos como pérgulas, pontes, mirantes e pórticos. A água permanece como um importante elemento construtivo do espaço, na forma de lagos, nascentes, espelhos d'água, fontes, jorros e bicas que valorizam os parques urbanos contemporâneos como espaços de contemplação da natureza (MACEDO e SAKATA, 2002).



Il. 1: Museu Paraense Emílio Goeldi - Parque Zoobotânico.
Fonte: Fotografia de Silvia L. C. Cardoso, 2018.

Il. 2: Bosque Rodrigues Alves - Jardim Zoobotânico da Amazônia inaugurado em 1883.
Fonte: Fotografia de Silvia L. C. Cardoso, 2018.



Neste contexto, os diferentes estilos de parques descritos pelos paisagistas que visam a requalificação e refuncionalização desses espaços públicos verdes são decorrentes do acelerado processo de modificação urbana que busca atender o bem-estar da população. Entretanto, estas áreas estão condicionadas à proteção legal da natureza com o uso equilibrado dos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, os novos papéis desempenhados pelos espaços verdes possuem duas vertentes de ações que geram mudanças no tratamento da gestão dos parques urbanos brasileiros. A primeira vertente utiliza o parque urbano como estratégia de conservação dos recursos naturais, em especial a partir da década de 1980, quando a questão ambiental passa a ser institucionalizada através da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

Esta linha de ação é mais evidente e consolidada, no sentido de que direcionou a criação de inúmeros parques denominados ecológicos nas cidades brasileiras. O parque ecológico e o jardim botânico, embora sejam caracterizados como áreas de domínio público, destinam-se ao uso com atividades de lazer restritas, funcionam também como unidade de conservação de proteção integral (SNUC/2000) e conservação da flora e dos recursos naturais. A segunda vertente diz respeito ao uso do parque como dinamizador da economia urbana em atividades voltadas ao lazer e ao turismo nas cidades contemporâneas (BARCELLOS, 1999).

As questões que conduziram o surgimento dos jardins botânicos e dos parques urbanos nas cidades brasileiras são diversificadas. Observa-se, no entanto, que a temática voltada à evolução das funções ambientais desses espaços urbanos está mais focada para os motivos que levaram à criação, requalificação e refuncionalização de novas modalidades de parques e jardins com novas denominações usos, formas e funções.

Neste sentido, o que há de inovador na criação e gestão de espaços públicos verdes é a evolução de suas diversificadas funcionalidades no ambiente urbano. Tais usos, formas e funções buscam requalificar e refuncionalizar os espaços nas *urbes* e novas denominações são atribuídas a eles, na perspectiva de promover o bem-estar da população e a sustentabilidade urbana.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, V. Q. *Os parques como espaços públicos de lazer: o caso de Brasília*, 1999. (Tese Doutorado Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) FAU/USP. São Paulo, 1999.

BRITO, D. M. C. Áreas legalmente protegidas no Brasil: instrumento de gestão ambiental. *In: Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas*. Macapá, n. 2, p. 37-57, 2010.

CARDOSO, S.L. C. *Subsídios à Gestão Ambiental de Parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren (PEGV)*. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

_____; FIGUEIREDO, S. L. Jardins Botânicos e a Relação com a Cidade: Gestão e turismo no Jardim Botânico de Curitiba, Curitiba, Paraná, Brasil. *In: II SIALAT – Seminário Internacional América Latina : Políticas e conflitos contemporâneos*, 2017, Belém. Anais. Belém, Universidade Federal do Pará/NAEA, 2017.

CHIESURA, A. The role of urban parks for the sustainable city *In: Landscape and Urban Planning*. n. 68, p. 129-138, 2004.

COSGROVE, D. E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. *In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FARIAS, R. S. S. *Planejamento e gestão participativos em Belém-Pa: o Congresso da Cidade (2001-2004)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, 2004.

FERREIRA, Adjalme D. *Efeitos Positivos gerados pelos parques urbanos; o caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado Curso de Pós-graduação em Ciência Ambiental – PGCA, Universidade Federal Fluminense-UFF, Rio de Janeiro, 2006.

FIGUEIREDO, S. L.. Espaços de Cultura nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. *In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. UFPA/NAEA, Belém, 2008.

KAPLAN, R., The analysis of perception via preference: a strategy for studying how the environment is experienced. *In: Landscape and Urban Planning*, n.12, p. 161–176, 1983.

KUZEVANOV, V.; SIZYKH, S. Botanic gardens resource: tangible and intangible aspects of linking biodiversity and human well-being. *In: Hiroshima Peace Science Journal*, 28 p. 113-134, 2006.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. *Parques Urbanos no Brasil*. São Paulo: USP, 2002.

MELO, M. I. O.; NÓBREGA, L. S. S. da, DIAS, K. *Paisagem urbana: parque, lazer e turismo*. Anais do VII Semintur – Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Turismo e Paisagem: relação complexa - Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul/RS, 2012. Disponível: www.ucs.br/ucs/.../eventos/...tur.../04_49_56_Melo_Nobrega_Dias> Acesso em: 10.fev.2018

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *Parques infantis de São Paulo: lazer como experiências de cidadania*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

PORTO, Aline L. G.; SECCO, Chiara B.; DELGADO, Gisele M. A Influência “Hausmanniana” nas Intervenções Urbanísticas em Cidades Brasileiras. *In: XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba*, 2007. Disponível: <www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/.../epg/EPG00214_010.pdf>. Acesso em: 20.jul. 2017.

ROCHA, G. de M.; BRITO, S. K. M. As unidades de conservação de Belém e a Sustentabilidade Urbana. *In: VASCONCELLOS, Mário; ROCHA, G. de M.; LADISLAU, Evandro (Orgs.). O desafio político da sustentabilidade urbana: gestão sócio-ambiental de Belém*. Belém: UFPA.NUMA, EDUFPA, 2009. 179p.

SCALISE, W. Parques Urbanos – evolução, projeto, funções e uso *In: Revista Assentamentos Humanos*, Marília, v. 4, n. 1, p. 17-24, 2002.

SILVA, L. J. M. da; EGLER, I. *Parques urbanos: A natureza na cidade – Uma análise da percepção dos atores urbanos*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentado). Centro de Desenvolvimento Sustentado/UNB. Brasília/DF, 2003.

SOUZA, S. do R. de; BAHL, M. O urbano e a produção simbólica do espaço. *In: Revista Espacios*. v. 34, n. 1, março, 2013. 11-30. Disponível em:<<http://www.revistaespacios.com>>. Acesso: 05. FEV.2018

TRATALOS, J. et al. Urban Form, Biodiversity Potential and Ecosystem Services. *In: Landscape and Urban Planning*. v. 83, n.4, p. 308-317, 2007.

TERRA, C. G. *O jardim no Brasil do século XXI – Glaziou Revisitado*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2000.

WHATELY, M. et al. *Parques Urbanos Municipais de São Paulo: Subsídios para a gestão*. Instituto Sócio Ambiental (ISA) São Paulo, 2008.

NOTAS

- ¹ “O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.
- ² O movimento de volta à natureza, que surge na sociedade capitalista e industrial, foi responsável pela disseminação de vários parques urbanos no mundo (SILVA; EGLER, 2003).